

TRANSRIO CAMINHÕES, ÔNIBUS, MÁQUINAS E MOTORES LTDA.							
CNPJ nº 11.726.521/0001-47							
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e relatório dos auditores independentes							
Balancos Patrimoniais				Demonstrações dos resultados			
Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Passivo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	10.749	1.328	Fornecedores	13	12.050	9.432
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	7	9.016	13.656	Floor Plan	14	137.397	42.001
Contas a receber	8	51.552	51.183	Empréstimos	15	2.635	3.321
Estoques	9	202.975	36.200	Obrigações trabalhistas	16	9.740	7.126
Tributos a recuperar		16.085	10.364	Arrendamentos por direito de uso		5.022	6.638
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	19.1	3.717	2.968	Imposto de renda e contribuição social a recolher		3.174	415
Despesas antecipadas		73	290	Tributos a recolher		3.856	3.929
Adiantamentos a terceiros		8.827	5.391	Adiantamentos de clientes		24.795	7.084
Outros créditos		6.129	6.936	Dividendos a pagar	17.1	68.503	
Não circulante				Total do passivo			
Realizável a longo prazo				Empréstimos	15	7.152	9.563
Contas a receber	8	8		Arrendamentos por direito de uso	16	33.961	31.350
Fundo para capitalização de concessionárias	10	35.601	28.169	Provisão para demandas judiciais e administrativas	20.2	2.199	2.940
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.2	6.656	5.080			43.312	43.853
Depósitos judiciais	20.1	4.354	3.412	Total do passivo		325.667	125.433
Outros créditos		243		Patrimônio líquido			
		46.862	36.661	Capital social	21.1	145.420	121.920
Imobilizado	11	90.291	78.129	Reservas de lucros		19.594	39.800
Intangível	12	44.405	44.047	Total do patrimônio líquido		165.014	161.720
		181.558	158.837	Total do passivo e patrimônio líquido		490.681	287.153
Total do ativo		490.681	287.153				
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido							
	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido		
Saldos em 31 de dezembro de 2019		121.920	-	20.951	142.871		
Lucro líquido do exercício		-	-	18.849	18.849		
Saldos em 31 de dezembro de 2020		121.920	-	39.800	161.720		
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	23.500	-	23.500		
Integralização de capital		23.500	(23.500)	-	-		
Lucro líquido do exercício		-	-	49.563	49.563		
Juros sobre capital próprio	21.2	-	-	(8.430)	(8.430)		
Dividendos intercalares	21.2	-	-	(39.081)	(39.081)		
Dividendos intermediários	21.2	-	-	(22.258)	(22.258)		
Saldos em 31 de dezembro de 2021		145.420	-	19.594	165.014		

1. Contexto operacional A Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda. ("Transrio" ou "Empresa"), com sede na Rodovia Presidente Dutra, nº 1.450, Bairro Pavuna, na cidade do Rio de Janeiro/RJ e tem como atividades preponderantes, a comercialização, inclusive importação de veículos novos e usados (automóveis de passeio, caminhões, ônibus, furões, veículos comerciais e tratores), peças e acessórios, máquinas e motores estacionários e geradores, administração de consórcios, serviços de manutenção e reparos de veículos automotores. A Empresa possui quinze filiais situadas nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Tocantins, Rio de Janeiro e Sergipe. A controladora final é a Simpar S.A. ("Simpar"), a controladora indireta é a Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. ("Vamos Locação") e a controladora direta é a Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela Ltda. ("Vamos Linha Amarela"), que detém 100% do capital social. **1.1 Reorganização societária** Em 29/10/2021, foi celebrado o contrato de compra e venda de ações e quotas e outras avengas, entre a Vamos Locação ("Vendedora") e sua controlada direta Vamos Linha Amarela ("Compradora"). Esse contrato prevê a transferência de ações e quotas representativas de 100% do capital social da Transrio que passou a ser controlada indireta da Vamos Locação. Essa transação não houve ganho, perda ou ágio entre as partes por se tratar de transações entre entidades do mesmo Grupo. **1.2 Situação da COVID-19** A Transrio continua monitorando os desdobramentos da pandemia da COVID-19 quanto aos aspectos econômicos, financeiros, sociais e de saúde, e mantém as ações, alinhadas com as diretrizes da OMS, que foram implementadas para o cuidado de seus colaboradores. A Administração continua supervisionando as suas práticas de gestão de riscos, a fim de tornar as decisões necessárias para garantir a continuidade de suas operações, e neutralizar impactos sociais, financeiros e econômicos adversos que eventualmente possam ocorrer. Para a emissão destas demonstrações financeiras, foi analisado o cenário até agora vivido, com o intuito de identificar eventuais indicadores de perdas que pudessem impactar em suas estimativas, julgamentos e premissas, a recuperabilidade dos seus ativos, e a mensuração das provisões apresentadas. Foram considerados inclusive, os eventos subsequentes ocorridos até a data de aprovação para emissão destas demonstrações financeiras, e não foram identificados indicadores de perdas. **1.3 Sustentabilidade e meio ambiente** A gestão da Empresa promove a incorporação da sustentabilidade na estratégia, nas tomadas de decisões e alinhadas no propósito da sua controladora Vamos Locação, precedendo a exposição aos riscos e priorizando a maximização de impactos socioambientais positivos. No exercício findo em 31/12/2021, a Administração considerou a exposição aos riscos relacionados ao clima, de forma a construir uma estratégia corporativa em linha com a transição para economia de baixo carbono. O setor de concessionárias, setor em que a Empresa está inserido, gera impacto pelo consumo de combustíveis fósseis e geração de resíduos sólidos contaminados em suas oficinas próprias, ambas as temáticas constam em nossa matriz de materialidade. Estratégia de descarbonização O plano estratégico Empresa e alinhado ao de sua controladora Vamos Locação para reduzir seu impacto na emissão de CO2, inclui as seguintes metas: • Potencial para aquisição de caminhões elétricos ou movidos a biomatano; • Implementação de mecanismos para incentivar e garantir o uso do etanol em substituição à gasolina em sua frota própria; • Implantação da participação das fontes renováveis de energia na matriz energética, permitindo que as emissões sejam substancialmente reduzidas; • Redução e compensação das nossas emissões escopo 1 e 2 • Oferta de programa de compensação de emissões para nossos clientes, reduzindo nosso escopo 3, até que tenhamos soluções de baixa emissões economicamente viável e escalável. Atenta aos riscos e oportunidades e possíveis impactos em relação as mudanças climáticas, a Empresa alinhada a sua controladora Vamos Locação busca antecipar-se ao que, um dia, pode ser uma regulamentação. **Gestão de recursos naturais** Em relação a gestão de resíduos a Empresa dispõe de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, tendo como os principais resíduos gerados nas suas operações pneus, materiais contaminados e óleo lubrificante, sendo usado em oficinas próprias. Foi adotado, como procedimento interno, a avaliação da condição dos pneus, a fim de identificar possíveis oportunidades de reciclagem e outras formas de reutilização. Já o óleo lubrificante é submetido a um processo de retrefino, por empresa especializada, permitindo o reuso. Além disso, visando reduzir o pacto gerado pelos resíduos contaminados, Foi firmada uma parceria com a empresa especializada a fim de contar com uma plataforma de gerenciamento on-line, garantindo maior transparência na formalização dos dados dos resíduos gerados, sendo que no exercício de 2021, 100% das unidades com oficinas próprias utilizaram essa plataforma e reportem os indicadores, garantindo correta destinação dos resíduos gerados. **2. Bases de preparação e apresentação das demonstrações e principais práticas contábeis adotadas** 2.1 Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC) As demonstrações foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na Legislação Societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 22/03/2021. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às que utilizadas pela Administração na sua gestão. **a) Base de mensuração** As demonstrações financeiras anuais foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado conforme divulgado na nota explicativa 5.1, quando aplicável. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Reais), que é a moeda funcional da Empresa e, também, sua moeda de apresentação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Instrumentos financeiros** **2.3.1 Ativos financeiros** a) Reconhecimento e mensuração As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. b) Classificação e mensuração subsequentes **Instrumentos Financeiros** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **c) Desreconhecimento** A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são

transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **2.3.2 Passivos financeiros** classificação, mensuração subsequente e desreconhecimento Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. a) Desreconhecimento A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **2.3.3 Comparação** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.3.4 Redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos financeiros** A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida útil do ativo. A Empresa utiliza uma matriz de provisão simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, seguindo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo "ad hoc". A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observados ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revisitos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais. Para as perdas de crédito esperadas das associações aos títulos e valores mobiliários classificados ao custo amortizado, a metodologia de ("impairment") aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Empresa adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido após 24 meses com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento do procedimento simplificado para a recuperação dos valores devidos. **2.4 Mensuração ao valor justo** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento ("non-performance"). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Empresa. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, utilizando-se premissas e estimativas, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros, conforme nota explicativa 5.2. Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado no mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrerem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência de um instrumento financeiro não reconhecido inicialmente é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contraparte dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **2.5 Estoques** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazer-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. A provisão de materiais de baixo giro é efetuada com base na quantidade existente em estoque, valor de custo e consumo médio dos materiais, conforme as premissas da política de baixo giro da Empresa, a qual orienta a constituição de 100% da aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida, fundamentados em expectativa de rentabilidade futura, vinculados a uma combinação de negócios. O ágio de aquisições de entidades é registrado como "Ativo Intangível" nas demonstrações financeiras e é mensurado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por ("impairment"). Os testes para refletir perdas de ("impairment") são realizados anualmente, e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de um negócio incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. Para fins de teste de "impairment", o ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"), que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou. **2.7 Software** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. As taxas de amortização dos bens para os exercícios findos em 31/12/2021 e 2020, estão demonstradas na nota explicativa 12. **2.7.3 Fundo de comércio** O fundo de comércio são valores pagos para aquisição de direitos territoriais de exploração de venda de cami-

nhões, máquinas e equipamentos, da marca MAN. São direitos com prazos de vigência indeterminados, e por isso não são amortizados mas são anualmente testados para perda de seu valor recuperável ("impairment"), conforme descrito na nota explicativa 12. **2.7.4 Amortização e testes de perda de valor recuperável ("impairment")** A vida útil do ativo intangível pode ser definida ou indefinida, quando se trata de vida definida o valor do ativo é amortizado conforme prazos estimados da vida do ativo. As vidas úteis estão divulgadas na nota explicativa 12. Os ativos sem prazo de vida útil definida não são amortizados, mas são testados anualmente ou com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar redução ao seu valor recuperável ("impairment") individualmente ou no nível da UGC, e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas. As premissas e metodologias para realizar os testes de "impairment" dos ativos intangíveis sem vida útil definida, estão divulgadas na nota explicativa 12. **2.7.5 Acordo de não competição** Quando adquiridos em combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. As cláusulas acordos de não competição são mensurados pelo custo, menos a amortização acumulada, nos casos em que possuem prazos definidos (e consequentemente vida útil definida), e a amortização é calculada pelo método linear sobre a vida útil. Nos casos em que não possuem prazo definido, o ativo é considerado como vida útil indefinida e considerado para fins de teste anual de impairment. **2.8 Arrendamentos** No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controle o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Empresa utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2). (i) Como arrendatário No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem iniciais pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição equitativa pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução de valor decorrentes de alterações de preço de determinadas remunerações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimos incremental da Empresa. Geralmente, a Empresa usa sua taxa incremental sobre empréstimos como taxa de desconto. A Empresa determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo de ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É mensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Empresa alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Empresa apresenta ativos de direito de uso, que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado", e passivos de arrendamento. **Arrendamentos de ativos de baixo valor** A Empresa optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de tecnologia da informação ("TI"). A Empresa reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **2.9 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido ("IRPJ e CSLL")** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, corrente e diferido, é calculado com base nas leis tribu-



(...continuação)

TRANSRIO CAMINHÕES, ÔNIBUS, MÁQUINAS E MOTORES LTDA.

CNPJ nº 11.726.521/0001-47

rias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excederem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Empresa. O imposto de renda e a contribuição social diferidos não são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. 2.10 Provisões 2.10.1 Geral Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Estas são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. Quando a Empresa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. 2.10.2 Provisão para demandas judiciais e administrativas A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência / obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 2.11 Receitas de contratos com clientes A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Empresa reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. As informações sobre a natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo: 2.11.1 Receita de vendas de veículos e peças a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas Os clientes obtêm controle dos veículos novos e seminovos, peças e acessórios quando os produtos são entregues. As faturas são emitidas naquele momento e são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito. b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 A receita de veículos novos, peças e acessórios é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. Os contratos de vendas de veículos seminovos devem conter garantia do motor e caixa de marcha por três meses ou mais. Para os contratos que possuem tais garantias, a receita é reconhecida à medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita não ocorra. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustada para as devoluções esperadas, quando aplicável. O direito de recuperar os produtos a serem devolvidos é mensurado ao valor contábil original do estoque, menos os custos esperados de recuperação e os produtos devolvidos são incluídos em estoque. 2.11.2 Receita de prestação de serviços a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamentos significativos A Empresa presta serviços de assistência técnica para os veículos novos e seminovos vendidos. Os serviços são formalizados por meio de ordens de serviços acordadas com os clientes, que incluem os valores de peças e mão de obra utilizados na prestação de serviços. As faturas para assistência técnica são emitidas após a conclusão dos serviços prestados. b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 A receita é reconhecida em momento específico do tempo conforme a prestação de serviço. O valor da receita é estabelecido e formalizado por meio de orçamento apresentado pela Empresa ao cliente e por este aprovado, o qual é reconhecido quando da finalização do serviço contratado pelo cliente. 2.12 Benefícios a empregados Obrigações de benefícios de curto prazo a serem reconhecidas como despesas de desempenho em demonstrações financeiras correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. 2.13 Capital social 2.13.1 Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio A distribuição de lucros e os juros sobre capital próprio para os sócios da Empresa são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no contrato social da Empresa. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. 3. Estimativas e julgamentos Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. 3.1. Incertezas sobre premissas e estimativas As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31/12/2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: a) Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber em contratos; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda - nota explicativa 8; b) Imobilizado (prazo de vida útil estimada) e benfeitorias (prazo remanescente dos contratos) - nota explicativa 11; c) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis - nota explicativa 12.1. 4. Novas normas e alterações de normas que ainda não estão em vigor Alterações e normas vigentes a partir de 1º/01/2021 a) Reforma da IFRS - Fase 2: alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 06(R2) - Arrendamentos, ao CPC 11 "Contratos de Seguros". A Fase 2 da reforma da IFRS traz as seguintes alterações temporárias na aplicação das referidas normas, que foram adotadas pela Empresa em relação a: (i) Fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros: permitido mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais sem ocasionar em desreconhecimento do contrato e, consequentemente, sem efeito imediato de ganho ou perda no resultado do exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente a base anterior. b) Benefícios Relacionados à Covid-19 Condições para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao CPC 06(R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Empresa nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30/06/2022. A adoção destas alterações não causou nenhum impacto nas demonstrações financeiras no período de adoção (1º/01/2021). Alterações e normas vigentes a partir de 1º/01/2022 Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/2022. A Empresa não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras: a) Alteração ao CPC 27 "Ativo Imobilizado": revisão que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º/01/2022; b) Alteração ao CPC 25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": revisão para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º/01/2022; c) Alteração ao CPC 15 "Combinação de Negócios": revisão com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração tem vigência de aplicação a partir de 1º/01/2022; d) Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020: as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º/01/2022: i) CPC 06(R2) - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. e) Alteração ao CPC 26(R1) "Apresentação das Demonstrações Contábeis": com o objetivo de esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do CPC 26(R1). As alterações do CPC 26(R1) tem vigência a partir de 1º/01/2023. f) Alteração ao CPC 26(R1) - Divulgação de políticas contábeis: nova alteração sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o seja, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. A referida alteração tem vigência a partir de 1º/01/2023. g) Alteração ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores. Bem como a referida alteração tem vigência a partir de 1º/01/2023. h) Alteração ao IAS 32 - Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º/01/2023. Não se espera que as alterações acima tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa, e não há outras normas CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa. 5. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos 5.1 Instrumentos financeiros por categoria Os instrumentos estão apresentados nas seguintes classificações contábeis.

Table with multiple columns showing financial data for 31/12/2021 and 31/12/2020, categorized by 'Ativos ao valor justo por meio do resultado' and 'Ativos ao valor justo por meio do amorizado'. Includes sub-sections for 'Ativos Financeiros', 'Passivos Financeiros', 'Ativos ao valor justo por meio do resultado', and 'Ativos ao valor justo por meio do amorizado'.

e passivos financeiros. A Administração faz a gestão desses riscos com o suporte de um Comitê Financeiro da controladora final Simpar e com a aprovação do Conselho de Administração da controladora direta Vamos para que as atividades que resultem em riscos financeiros da Empresa sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados. A Empresa não possui instrumentos financeiros derivativos contratados para os exercícios findos em 31/12/2021 e 2020. a) Risco de crédito O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Empresa está exposta ao risco de crédito, principalmente com relação a contas a receber, depósitos em instituições bancárias, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros mantidos com instituições financeiras. i. Caixa e equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da controladora final Simpar de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Comitê financeiro e Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito. Para fins de avaliação de risco, são utilizadas uma escala local ("Br") de exposição ao risco de crédito extraídas de agências de rating, conforme demonstrado abaixo:

Nomeclatura Qualidade
AAA, AA, AA- Prime
AA+, AA, AA- Graus de Investimento Elevado
A+, A, A- Graus de Investimento Médio Elevado
BBB+, BBB, BBB- Graus de Investimento Médio Baixo
BB+, BB, BB- Graus de Não Investimento Especialmente
B+, B, B- Graus de Não Investimento Altamente Especialmente
CCC Graus de Não Investimento Extremamente Especialmente
DDD, DD, D Graus de Não Investimento Especialmente de Moratória

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito da Empresa é determinada somente em escala nacional ("Br") para caixa equivalentes de caixa e aplicações financeiras são como segue:

31/12/2021 31/12/2020
Valores depositados em conta corrente 10.220 1.149
Aplicações financeiras - Br AAA 529 1.179
Total de caixa e equivalentes de caixa 10.749 1.328

31/12/2021 31/12/2020
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras
Br AAA 9.016 13.656
Total de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras 9.016 13.656

i. Contas a receber A Empresa utiliza uma "matriz de provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, baseado em sua experiência de perdas de crédito históricas. Essa Matriz de Provisão específica taxas de provisão fixas dependendo do número de dias que as contas a receber estão a vencer ou vencidas e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos observados pela Administração. A baixa de ativos financeiros é efetuada quando não há expectativa razoável de recuperação, conforme estudo de recuperabilidade. Os recebíveis baixados continuam no processo de cobrança para recuperação do valor do recebível, e, quando há recuperações, estas são reconhecidas no resultado do exercício. A Empresa registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas esperadas referentes ao contas a receber, conforme detalhado na nota explicativa 8.1. b) Risco de mercado O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Os instrumentos financeiros da Empresa afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, empréstimos, arrendamentos por direito de uso e estão sujeitos basicamente ao risco de taxa de juros. Risco de variação de taxa de juros: risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Empresa ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, ao caixa e equivalentes de caixa e aos títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, assim como às obrigações com empréstimos e os arrendamentos por direito de uso da Empresa, sujeitas a taxas de juros conforme nota explicativa 5.4. c) Risco de liquidez A Empresa monitora permanentemente o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez corrente. O objetivo da Empresa é manter seu ativo saído de caixa e investimentos de alta liquidez e obter flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua liquidez e continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa. A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

31/12/2021
Contábil Fluxo Até 1 Até 2 Acima de
contratual anual anos anos 3 anos
Passivos Financeiros
Fornecedores 12.050 12.050 12.050 - -
Floor plan 137.397 137.397 137.397 - -
Empréstimos 9.787 11.386 3.342 3.177 4.867
Arrendamentos por direito de uso 38.983 43.579 5.022 5.614 32.943
Outras contas a pagar 15.183 15.183 15.183 - -
Total 213.400 219.595 172.994 8.791 37.810

5.4 Análise de sensibilidade A Administração da Empresa efetuou análise de sensibilidade de acordo com o CPC 40 (R1), a fim de demonstrar os impactos das variações das taxas de juros e variações cambiais sobre seus ativos e passivos financeiros, considerando para os próximos 12 meses as seguintes taxas de juros e câmbio prováveis: - CDI em 11,79% a.a., com base na curva futura de juros (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão); e SELIC de 11,79% a.a. (fonte: B3). A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo com os respectivos impactos no resultado financeiro, considerando o cenário provável (Cenário I), com aumentos de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

Exposição em 31/12/2021 Taxa média Cenário I Cenário II + Cenário III +
Risco provável provável deterioração de 25% deterioração de 50%

Operação Demais operações - pós-fixadas
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras 10.749
Aumento do CDI 11,79% 1.267 1.584 1.901
Aumento do SELIC 11,79% 449 561 674
Empréstimos (9.787)
Aumento do CDI 11,79% (1.154) (1.443) (1.731)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira - pós-fixada 4.771
Demais operações - Pré-fixadas
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras - LTN 5.207
Instrumentos financeiros por direito de uso (38.983)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira - pré-fixada (33.776)
Exposição líquida e impacto total da despesa financeira no resultado (29.005)
Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Empresa nas receitas e despesas financeiras, considerando os demais indicadores de mercado constantes. Quando ocorrer a liquidação desses instrumentos financeiros, os valores poderão ser diferentes dos demonstrados acima. 6. Caixa e equivalentes de caixa
31/12/2021 31/12/2020
Caixa 81 87
Bancos 10.139 62
Total de disponibilidades 10.220 149
CDB - Certificado de depósitos bancários 529 1.179
Operações compromissadas -
Total de aplicações financeiras 529 1.179
Total de caixa e equivalentes de caixa 10.749 1.328
Durante o exercício findo em 31/12/2021 o rendimento médio das aplicações foi de 4,40% a.a. atreladas 103,51% do CDI. 7. Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras
31/12/2021 31/12/2020
Operações Títulos públicos - Fundos Exclusivos (i)
LFT - Letras Financeiras do Tesouro 3.809 6.400
LFT - Letras do Tesouro Nacional 5.207 7.256
Total de aplicações financeiras 9.016 13.656
(i) O rendimento médio dos títulos públicos que estão alocados em fundos exclusivos administrados pela controladora final Simpar, é definido por taxas pós-fixadas e pré-fixadas (LTN pré-fixada e LFT SELIC). Durante o exercício findo em 31/12/2021 o rendimento médio foi de 4,41% a.a. 8. Contas a receber
31/12/2021 31/12/2020
Valores a receber de serviços 10.578 25.255
Valores a receber de venda de veículos e peças 33.110 24.171
Valores a receber - partes relacionadas - nota 17.1 4.269 753
Receita a faturar - ativo de contrato (i) 4.560 3.379
Valores a receber de cartões de crédito 4.556 2.810
Outras valores a receber 359 500
(-) Perdas esperadas ("impairment") (5.872) (5.685)
Total 51.560 51.183
Ativo circulante 51.552 51.183
Ativo não circulante 8 -
Total 51.560 51.183
(i) Receita a faturar refere-se aos contratos firmados de prestação de serviços que acontecerá até o encerramento do mês e serão faturadas em mês subsequente. Nesses casos, a mensuração da receita a faturar é calculada com base nas ordens de serviços emitidas e contratos firmados. 8.1 Classificação por vencimentos (aging list) e movimentação das perdas esperadas (impairment) de contas a receber
31/12/2021 31/12/2020
Títulos a vencer 47.223 40.085
Vencidos em até 30 dias 3.897 8.958
Vencidos de 31 a 90 dias 1.143 2.430
Vencidos de 91 a 180 dias 583 356
Máquinas e Benfeitorias Móveis e Terrenos Edifícios Direito de uso (ii) Ou-tros (i) Total
Veículos equipamentos totais 3.986 6.090 15.027 3.574 13.800 13.445 36.582 4.346 96.950
Adições 1.674 648 2.567 220 - - 5.340 - 10.449
Baixas (1.663) - - - - - - - (121) (1.784)
Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores. Bem como a referida alteração tem vigência a partir de 1º/01/2023. h) Alteração ao IAS 32 - Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º/01/2023. Não se espera que as alterações acima tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa, e não há outras normas CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa. 5. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos 5.1 Instrumentos financeiros por categoria Os instrumentos estão apresentados nas seguintes classificações contábeis.

(...continuação)

TRANSRIO CAMINHÕES, ÔNIBUS, MÁQUINAS E MOTORES LTDA.

CNPJ nº 11.726.521/0001-47

<p>Baixas (793)</p> <p>Transferências</p> <p>Em 31 de dezembro de 2021</p> <p>Depreciação acumulada:</p> <p>Em 31 de dezembro de 2019</p> <p>Despesas de depreciação no exercício</p> <p>Baixas</p> <p>Em 31 de dezembro de 2020</p> <p>Despesas de depreciação no exercício</p> <p>Baixas</p> <p>Em 31 de dezembro de 2021</p> <p>Saldo em 31 de dezembro de 2020</p> <p>Saldo em 31 de dezembro de 2021</p> <p>Taxas médias de depreciação (%) – no exercício de 2020</p> <p>Taxas médias de depreciação (%) – no exercício de 2021</p> <p>(i) Refere-se substancialmente a computadores e periféricos e reformas de lojas que estão em andamento. (ii) Esses direitos de uso referem-se integralmente a contratos de arrendamentos de imóveis, conforme CPC 06 (R2). 12. Intangível As movimentações nos exercícios findo em 31/12/2021 e 2020 estão abaixo demonstradas:</p> <p>Amortização acumulada:</p> <p>Em 31/12/2019</p> <p>Despesas de amortização no exercício</p> <p>Em 31/12/2020</p> <p>Despesas de amortização no exercício</p> <p>Em 31/12/2021</p> <p>Saldos líquidos:</p> <p>Saldo em 31/12/2020</p> <p>Saldo em 31/12/2021</p> <p>Taxas médias de amortização (%) – no exercício de 2020</p> <p>Taxas médias de amortização (%) – no exercício de 2021</p> <p>(i) Fundo de comércio refere-se aos direitos de concessão e de exploração da marca MAN pela Transrio na aquisição das filiais do Rio de Janeiro e de Sergipe. Esses ativos estão alocados aos conjuntos de lojas e territórios explorados, considerados em conjunto com a UGC Transrio no valor de R\$ 33.036 (32.676 valor líquido). (ii) Este ativo tem como origem a aquisição de certas filiais da MAN pela parte relacionada Original Veículos. Como consequência, este passou a figurar como intangível da Transrio, quando da cisão da Original, que deu origem à Empresa. (iii) Trata-se de ativo intangível com vida útil indefinida por estar diretamente ligado à vigência do contrato de concessão entre a MAN e a Transrio, cujo o prazo é indeterminado. 12.1 Teste de redução ao valor recuperável ("impairment") O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros para um período de 6 anos e perpetuidade. A administração considera a operação da Empresa como uma unidade geradora de caixa. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor que a UGC atua. As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso (fluxos de caixa do período de cinco anos) em 31/12/2021 são as que seguem:</p> <p>Unidade Geradora de Caixa</p> <p>Taxas de desconto (WACC) (i)</p>	<p>(793)</p> <p>1.877</p> <p>7.263 21.450 4.899 13.800 13.445 50.961 2.500 125.513</p> <p>(3.377) (4.012) (2.173) (3.525) (4.911) (4.25) (19.697)</p> <p>(551) (617) (695) (347) (547) (4.937) (509) (8.203)</p> <p>414</p> <p>(1.411) (3.994) (4.707) (2.520) (4.072) (9.848) (934) (27.486)</p> <p>(1.064) (597) (787) (355) (547) (4.471) (136) (7.957)</p> <p>221</p> <p>(2.254) (4.591) (5.494) (2.875) (4.619) (14.319) (1.070) (35.222)</p> <p>2.586 2.744 12.887 1.274 13.800 9.373 32.174 3.291 78.129</p> <p>8.941 2.672 15.956 2.024 13.800 8.826 36.642 1.430 90.291</p> <p>20% 10% 4% 10% 4% 5%</p> <p>20% 10% 4% 10% 4% 5%</p> <p>Taxas de crescimento na perpetuidade 3,00%</p> <p>Taxas de crescimento estimado para o EBITDA (média para os próximos anos) 3,80%</p> <p>(i) As taxas de descontos apresentadas no quadro acima referem-se a taxas após os tributos. As taxas de descontos antes dos tributos utilizadas para o teste de impairment do ano equivalem a 18,06% para o segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos da marca Transrio. Utilização do Custo Médio Ponderado do Capital (WACC) como parâmetro apropriado para determinar a taxa de desconto a ser aplicada a ser aplicada aos fluxos de caixa livres. • Projeções de fluxo de caixa preparadas pela Administração que compreendem o período de 7 anos, de janeiro de 2022 a dezembro de 2027. • Todas as projeções foram realizadas em termos nominais, ou seja, considerando o efeito da inflação e impostos. • O valor residual após dezembro de 2027 foi calculado com base na perpetuidade do fluxo de caixa, considerando premissa de continuidade das operações por prazo indeterminado (perpetuidade) considerando um crescimento de 3,0% (inflação de longo prazo); • O fluxo de caixa foi descontado considerando a convenção de meio período ("mid period"), assumindo a premissa de que os fluxos de caixa são gerados ao longo do ano. No exercício findo em 31/12/2021, a Empresa realizou o teste anual de ("impairment") e não apurou perdas sobre os valores contabilizados. Os valores recuperáveis estimados para a UGC foi superior ao seu valor contábil. A Administração identificou a premissa principal para a qual alterações razoavelmente possíveis podem acarretar em ("impairment"). A tabela abaixo apresenta, em pontos percentuais, o quanto necessitaria alterar individualmente, em cada premissa, para resultar em que o valor recuperável da UGC se assemelhasse ao seu valor contábil.</p> <p>Alteração requerida para o valor recuperável ser igual ao valor contábil</p> <p>Em pontos percentuais (%)</p> <p>Taxa de desconto (WACC) – 31/12/2020 0,66</p> <p>Taxa de desconto (WACC) – 31/12/2021 0,53</p> <p>13. Fornecedores</p> <p>Fornecedores de veículos para estoques 11.746 7.340</p> <p>Fornecedores de veículos para partes relacionadas (nota 17.1) 9 1.922</p> <p>Outros 295 170</p> <p>Total 12.050 9.432</p> <p>14. Floor plan Parte das compras de veículos novos são pagas com prazo estendido pelo uso do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados e peças automotivas "Floor plan", com concessão de crédito rotativo cedido por instituições financeiras e com a anuidade das montadoras. Tais programas possuem, em geral, um período inicial isento de qualquer ônus até a emissão da nota fiscal do veículo e com prazo de vencimento que varia entre 150 e 180 dias após a emissão da nota fiscal, com taxa de juros de até 100% do CDI mais juros de até 0,5% ao mês, após o período de carência que geralmente é de 180 dias. Durante o exercício findo em 31/12/2021, a Empresa utilizou apenas o período de carência dos créditos rotativos. O saldo apresentado em 31/12/2021 é de R\$ 137.397 (R\$ 42.001 em 31/12/2020).</p>	<p>(793)</p> <p>(1.877)</p> <p>125.513</p> <p>(19.697)</p> <p>(8.203)</p> <p>(27.486)</p> <p>(7.957)</p> <p>(35.222)</p> <p>78.129</p> <p>90.291</p> <p>5%</p> <p>5%</p> <p>3,80%</p> <p>3,00%</p> <p>0,66</p> <p>0,53</p> <p>13. Fornecedores</p> <p>31/12/2021 31/12/2020</p> <p>11.746 7.340</p> <p>9 1.922</p> <p>295 170</p> <p>Total 12.050 9.432</p> <p>14. Floor plan Parte das compras de veículos novos são pagas com prazo estendido pelo uso do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados e peças automotivas "Floor plan", com concessão de crédito rotativo cedido por instituições financeiras e com a anuidade das montadoras. Tais programas possuem, em geral, um período inicial isento de qualquer ônus até a emissão da nota fiscal do veículo e com prazo de vencimento que varia entre 150 e 180 dias após a emissão da nota fiscal, com taxa de juros de até 100% do CDI mais juros de até 0,5% ao mês, após o período de carência que geralmente é de 180 dias. Durante o exercício findo em 31/12/2021, a Empresa utilizou apenas o período de carência dos créditos rotativos. O saldo apresentado em 31/12/2021 é de R\$ 137.397 (R\$ 42.001 em 31/12/2020).</p>	<p>Total do imposto diferido passivo (589) (589)</p> <p>Total do imposto diferido ativo, líquido 6.656 5.080</p> <p>Tributos diferidos ativos 6.656 5.080</p> <p>Total do imposto diferido, líquido 6.656 5.080</p> <p>A movimentação dos ativos fiscais diferidos é apresentada a seguir:</p> <p>Saldo em 31 de dezembro de 2019 7.219</p> <p>IRPJ / CSLL diferidos reconhecidos no resultado (2.139)</p> <p>Saldo em 31 de dezembro de 2020 5.080</p> <p>IRPJ / CSLL diferidos reconhecidos no resultado 1.576</p> <p>Saldo em 31 de dezembro de 2021 6.656</p> <p>19.3 Conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social Os valores corretos são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, exclusões e compensações permitidas pela legislação vigente.</p> <p>31/12/2021 31/12/2020</p> <p>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social 71.070 28.832</p> <p>Alíquotas nominais 34% 34%</p> <p>IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais (24.164) (9.803)</p> <p>Incentivos Fiscais – PAT 24</p> <p>Despesas indedutíveis (233) (204)</p> <p>Juros sobre capital próprio 2.866</p> <p>IRPJ e CSLL apurados (21.507) (9.983)</p> <p>Corrente (23.083) (7.844)</p> <p>Diferido 1.576 (2.139)</p> <p>IRPJ e CSLL no resultado (21.507) (9.983)</p> <p>Alíquota efetiva 30,3% 34,6%</p> <p>As declarações de imposto de renda da Empresa estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que são entregues. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades os quais seriam sujeitos a juros. A Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada. 20. Depósitos judiciais e provisões para demandas judiciais e administrativas A Empresa no curso normal de seus negócios, apresenta demandas cíveis, tributárias e trabalhistas em fórum administrativo e judicial, e depósitos e bloqueios judiciais feitos em garantia dessas demandas. Com suporte da opinião de seus assessores jurídicos foram constituídas provisões para cobertura das prováveis perdas relacionadas a essas demandas e, quando aplicável, estão apresentadas líquidas dos seus respectivos depósitos judiciais. 20.1 Depósitos judiciais Os depósitos e bloqueios judiciais referem-se a valores depositados em conta ou bloqueios de saldos bancários determinados em juízo, para garantia de eventuais execuções exigidas em juízo, ou valores depositados em acordo judicial em substituição de pagamentos de tributos ou contas a pagar que estão sendo discutidas em juízo.</p> <p>31/12/2021 31/12/2020</p> <p>Trabalhistas 1.486 3.412</p> <p>Tributários 1.769 -</p> <p>Cíveis 1.099 24</p> <p>Total 4.354 3.412</p> <p>20.2 Provisão para demandas judiciais e administrativas A Empresa é parte em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza previdenciária, trabalhista, tributária e cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada. A Administração da Empresa acredita que a provisão para perdas prováveis é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:</p> <p>31/12/2021 31/12/2020</p> <p>Trabalhistas 1.166 1.851</p> <p>Cíveis 1.033 1.089</p> <p>Total 2.199 2.940</p> <p>A movimentação das provisões para demandas judiciais e administrativas para os exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 é apresentada conforme a seguir:</p> <p>Saldo em 31 de dezembro de 2019 2.750</p> <p>(+) Adições 465</p> <p>(-) Reversões (275)</p> <p>Saldo em 31 de dezembro de 2020 2.940</p> <p>(+) Adições 98</p> <p>(-) Reversões (839)</p> <p>Saldo em 31 de dezembro de 2021 2.199</p> <p>Trabalhistas As reclamações trabalhistas ajuizadas contra a Empresa estão relacionadas, principalmente, a pedidos de pagamento de horas extras, diferenças de comissões, adicional de insalubridade e ações promovidas por empregados de empresas terceirizadas devido à responsabilidade subsidiária. Cíveis Os processos de natureza cível referem-se, principalmente, a pedidos indenizatórios, relacionados a venda de veículos. 20.3 Perdas possíveis não provisionadas no balanço A Empresa, está sendo reclamada em determinadas demandas cíveis, trabalhistas e tributárias nas esferas judicial e administrativa, cuja probabilidade de perda é considerada pelos administradores e seus assessores jurídicos como possível, e para as quais, portanto, não são constituídas provisões. Os valores totais em discussão são os seguintes:</p> <p>31/12/2021 31/12/2020</p> <p>Trabalhistas (i) 367 245</p> <p>Cíveis (ii) 6.822 6.831</p> <p>Tributárias (iii) 5.112 5.342</p> <p>Total 12.301 9.423</p> <p>(i) As reclamações trabalhistas ajuizadas contra a Empresa estão relacionadas, principalmente, a pedidos de pagamento de horas extras, diferenças de comissões, adicional de insalubridade e ações promovidas por empregados de empresas terceirizadas devido à responsabilidade subsidiária; (ii) Os processos de natureza cível, referem-se, principalmente a pedidos indenizatórios contra a Empresa, relacionadas a venda de veículos; e (iii) As demandas tributárias referem-se a processos administrativos movidos pela Empresa em questionamento de autos de infração emitidos em processos de fiscalização, cujos objetos a Empresa não concorda, e outros processos movidos para questionar a legitimidade de cobrança de certos tributos. 21. Patrimônio líquido 21.1 Capital social O capital social da Transrio, totalmente subscrito e integralizado em 31/12/2021 e de R\$ 145.420 (R\$ 121.920 em 31/12/2020) divididos em 145.420.177 quotas (191.299.341 em 31/12/2020). Conforme Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 30/09/2021, a Vamos Locação resolveu agrupar as quotas da Transrio na proporção de 1.56905398753889 para 1, de modo que o capital da sociedade, representado por 191.299.341 quotas com valor nominal de R\$ 0,6373267 cada uma, passou a ser representado por 121.920.177 quotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. Na mesma data, a Vamos Locação resolveu aumentar o capital da Sociedade de R\$ 121.920 para R\$ 145.420, um aumento portanto de 23.500 novas quotas de valor nominal a R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscrita e integralizadas pela única sócia Vamos Locação contra a Sociedade, em razão de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC). Em 29/10/2021, conforme descrito na nota 1.1, as quotas da Transrio foram transferidas pelo contrato de compra e venda, em sua totalidade, da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. para a Vamos Comércio de Máquinas Linhas Amarela Ltda. 21.2 Distribuição de lucros Durante o exercício de 2019, parte do resultado do exercício e de lucros acumulados de exercícios anteriores foram destinados como dividendos no montante de R\$ 3.414, que foram pagos durante o exercício de 2020 para sua controladora Vamos Locação. Durante o exercício de 2020, não houve destinação de resultados a título de dividendos. Em 30/09/2021, foi aprovada a destinação de dividendos nos montantes de R\$ 61.339 (R\$ 39.081 dividendos intercalares e R\$ 22.258 dividendos intermediários) e juros sobre capital próprio de R\$ 8.430 (R\$ 7.164 líquido de imposto de renda retido na fonte), respectivamente, para a Vamos Locação. Não houve destinação correspondente ao resultado posterior à reestruturação societária mencionada acima. 22. Receita líquida de venda de prestação de serviços a) Fluxos de receitas A Empresa gera receita principalmente pela venda de veículos novos e usados, mercadorias e prestação de serviços. Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e a receita apresentada nas demonstrações de resultado do exercício:</p> <p>31/12/2021 31/12/2020</p> <p>Receita bruta fiscal 686.269 410.338</p> <p>Menos:</p> <p>(-) Impostos sobre vendas (i) (52.740) (30.527)</p> <p>(-) Devoluções, desconto e abatimentos (9.662) (11.017)</p> <p>Total da receita líquida 623.867 368.794</p> <p>(i) Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente em ICMS (alíquota de 7% a 19%), impostos municipais sobre serviços (alíquota de 2% a 5%) e contribuições relacionadas ao PIS (alíquota de 0,65% ou 1,65%) e a COFINS (alíquota de 3% ou 7,65%). b) Desagregação das receitas de contratos com clientes Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica da receita de contratos com clientes das principais linhas de negócio.</p> <p>31/12/2021 31/12/2020</p> <p>Principais produtos e serviços</p> <p>Receita de prestação de serviços 34.963 47.042</p> <p>Receita com venda de peças e acessórios 179.279 92.651</p> <p>Receita de venda de veículos novos 384.983 205.299</p> <p>Receita de venda de veículos usados 24.642 23.802</p> <p>Total da receita líquida 623.867 368.794</p> <p>23. Gastos por natureza As informações de resultado da Empresa são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:</p> <p>31/12/2021 31/12/2020</p> <p>Custo de veículos novos (292.528) (177.784)</p> <p>Custo de veículos usados (18.294) (18.159)</p> <p>Depreciação e amortização (8.054) (8.640)</p> <p>Custo de vendas de peças (132.525) (65.434)</p> <p>Pessoal e encargos (60.534) (45.782)</p> <p>Provisão (reversão) para demandas judiciais 741 (190)</p> <p>Serviços prestados por terceiros (13.139) (3.034)</p> <p>Propaganda e publicidade (1.381) (1.183)</p> <p>Despesas tributárias (859) (943)</p> <p>(Provisão) reversão para perdas esperadas (187) (62)</p> <p>(Provisão) reversão para perdas nos estoques (161) 273</p> <p>Energia elétrica (1.030) (1.354)</p> <p>Comunicação (165) (159)</p> <p>Viagens, refeições e estadias (2.866) (1.340)</p> <p>Aluguéis de imóveis - (5)</p> <p>Baixas de outros ativos imobilizados (572) (1.370)</p> <p>Créditos de impostos extemporâneos (i) 129 1.376</p> <p>Outra custos e despesas, líquidas (ii) (16.803) (11.216)</p> <p>Total (548.028) (334.882)</p>
---	--	---	--

(Continua...)



(...continuação)

TRANSRIO CAMINHÕES, ÔNIBUS, MÁQUINAS E MOTORES LTDA.

CNPJ nº 11.726.521/0001-47

Custo das vendas e prestações de serviços	(456.129)	(274.274)
Despesas comerciais	(27.934)	(22.980)
Despesas administrativas	(70.680)	(43.852)
Reversão (provisão) para perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	(187)	62
Outras receitas operacionais	9.719	8.979
Outras despesas operacionais	(2.817)	(2.817)
	(548.028)	(334.882)

(i) É composto de créditos extemporâneos de PIS e COFINS relacionados a temas já pacificados no âmbito administrativo e judicial. (ii) É composto substancialmente por custos com renovação de frota, centro de serviços administrativos (CSA) entre empresas, resultado de veículos avariados, entre outros.

24. Resultado financeiro	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	513	175
Juros ativos	988	842
Variação monetária	-	52
Receita financeira total	1.501	1.069

Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

Despesas Financeiras			
Juros sobre empréstimos, arrendamentos por direito de uso	(4.594)	(5.353)	
Despesas bancárias	(403)	(324)	
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(199)	(70)	
Juros passivos	(176)	(47)	
Outras despesas financeiras	(898)	(355)	
Despesa financeira total	(6.270)	(6.149)	
Resultado financeiro líquido	(4.769)	(5.080)	

25. Informações suplementares dos fluxos de caixa
As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2)- Demonstração dos Fluxos de Caixa. Abaixo estão demonstradas essas aquisições sem efeito de saída de caixa:

	31/12/2021	31/12/2020
Reconciliações entre as adições do imobilizado e adições do fluxo de caixa:		
Total de adições do imobilizado (nota 11)	22.568	10.449

Paulo César dos Reis Alves
CRC 1SP211534/O-3

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Administradores e quotistas Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda. **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras da Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos Valores correspondentes ao exercício anterior** O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem ressalvas, com data de 07 de maio de 2021. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras

livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para pla-

Adições de arrendamentos por direito de uso (nota 11)	(8.939)	(5.340)
	13.629	5.109

Demonstrações dos fluxos de caixa
Imobilizado para investimento 13.629 5.109

Outras transações que não afetam caixa
Adição de contratos de arrendamentos por direito de uso 8.939 5.340

26. Eventos subsequentes 26.1 Situação Ucrânia e Rússia A Empresa tem acompanhado os desdobramentos do conflito entre a Ucrânia e a Rússia e entende que, considerando que não possui quaisquer tipos de relacionamentos diretos com clientes ou fornecedores desses países, os principais impactos econômicos estão relacionados com a alta de preços de *commodities*, em especial aquelas relacionadas a gás natural e petróleo, em função das altas nos preços de combustíveis no Brasil. A administração não identificou impactos nas presentes demonstrações financeiras e não espera efeitos relevantes no desempenho de suas atividades e em sua posição patrimonial decorrentes do cenário descrito.

nejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de março de 2022
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
(Nova denominação da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes)
CRC 2SP000160/O-5
Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes
Contadora CRC 1SP222241/O-0



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://monitormercantil.com.br/caderno-digital>